



GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2024/ADM

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2024-118PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA CORRETIVA NOS TRATORES TT 475 E TT 4030, PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Vem a exame desta Controladoria o presente Processo Administrativo nº 266/2024/ADM modalidade Dispensa de licitação nº 7/2024-118PMT, pactuado **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ - PMT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 22.981.088/0001-02, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a realização de manutenção elétrica corretiva nos tratores TT 475 E TT 4030, pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Agricultura”, sendo instruído pela autarquia requisitante e pela Comissão Permanente de Contratações, conforme especificações técnicas constantes no Ato Convocatório e seus Anexos e demais documentos juntados.

Dessa forma, o presente parecer tem como objetivo a análise técnica inicial do feito, verificando se os procedimentos que precederam à realização da Dispensa de Licitação foram dotados de legalidade, respeitando os princípios da Administração Pública.

O processo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo ao tempo desta apreciação 531 laudas reunidas em único volume, sendo instruído com os seguintes documentos:

- Memorando n.º 198/2024, com data de 25 de setembro de 2024, devidamente assinado pelo Secretário Municipal de Agricultura (fls.02);
- Documento de Formalização de Demanda-DFD (fls. 03 a 04);
- Solicitação de Despesas nº 20240925004 (fls. 05);





GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Solicitação de Despesas n° 20240925003 (fls. 06);
- Autorização para Abertura de Processo Administrativo (fls. 07);
- Termo de Instauração de Processo Administrativo (fls. 08);
- Memorando n.º 492/2024, com data de 03 de outubro de 2024, com o devido assunto: Deliberação para Prosseguimento de Procedimento (fls. 09);
- Portaria n° 293/2024 nomeações da Equipe de Planejamento das Contratações (fls. 10 a 13);
- Estimativa da Despesa (fls. 14);
- Pesquisa de Preços/Estimativa de Valor (fls. 15 a 222);
- Mapa de cotação de preços- preço médio (fls. 223);
- Resumo de cotação de preços – menor valor (fls. 224);
- Resumo de cotação de preços – valor médio (fls. 225 a 226);
- Termo de Referência Especificações Gerais e Quantitativos da Contratação (fls. 227 a 241);
- Memorando n.º 834/2024, com data de 11 de outubro de 2024, encaminhado ao Departamento de Contabilidade - Assunto: Pedido de Dotação Orçamentária e Manifestação de Recursos Orçamentários (fls. 242);
- Memorando n.º 577/2024 à Equipe de Planejamento das Contratações – Assunto: Resposta a Dotação Orçamentária (fls. 243);
- Declaração De Adequação Orçamentária E Financeira (Inciso II, Art. 16, Lei Complementar n° 101/2000) devidamente assinada (fls. 245);
- Autorização, devidamente assinada (fls. 246);
- Termo de Atuação – Processo Administrativo n° 266/2024/ADM (fls. 248);
- Minuta de Ato Convocatório – Aviso de Dispensa Eletrônica n° 7/2024-118PMT – Processo Administrativo n° 266/2024/ADM e seus anexos (fls. 253 a 274);
- **Parecer Assessoria Jurídica** conforme as folhas 276 a 285 com o seguinte teor: *“Ex positis, vislumbro de plano a existência de autorização legal para contratação direta dos serviços. Sendo assim, a celebração do contrato não afronta os princípios reguladores da Administração Pública, e neste caso é absolutamente possível a contratação na forma prevista no artigo 75, inciso I, da Lei n° 14.133/2021. Dessa forma, observadas as prescrições exaradas nesse parecer, opino favoravelmente pela possibilidade de contratação direta dos serviços.”.*





GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Ato Convocatório – Aviso de Dispensa Eletrônica nº 7/2024-118PMT – Processo Administrativo nº 266/2024/ADM e seus anexos (fls. 286 a 326);
- Autorização para Publicação do Ato Convocatório (fls. 327);
- Extrato de Publicações na Imprensa Oficial (fls. 328 a 330);
- Proposta Registrada (fls. 331 a 332);
- Ata de Propostas (fls. 514 a 515); Ata Parcial (fls. 516 a 520); Ranking do Processo (fls. 521); Vencedores de Processo (fls. 522); Ata de Propostas Readequada (fls. 523); Ata Final (fls. 524 a 528);
- Justificativa do Preço Proposto (fls. 529);
- Razão da Escolha do Fornecedor ou Executante (fls. 530).

FUNDAMENTAÇÃO DA MODALIDADE – Art. 75, I, LEI Nº 14.133/21

Da adequação da modalidade licitatória eleita O Art. 75, I, da Lei 14.133/21, estabelece como regra, a realização de processo licitatório prévio para a contratação de particulares pela Administração Pública, matéria disciplinada pela Lei 14.133/21. A modalidade de Licitação denominada “Dispensa de Licitação” está devidamente disciplinada no Art. 75, vejamos:

“Lei nº 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;”

DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

Documentos de habilitação da empresa **AUTO ELETRICA XINGU LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.661.603/0001-56, conforme documentos acostados no presente processo:

- Declaração (fls. 334); Documentos Pessoais dos Sócios (fls. 335 a 336); Alteração Contratual da Sociedade AUTO ELETRICA XINGU LTDA (fls. 337 a 340); CNPJ (fls. 341); FIC (fls. 342); Certidões (fls. 343 a 349); Balanço Patrimonial Exercício 2022 e 2023 (fls. 350 a 500); Atestado de Capacidade Técnica (fls. 501 a 504); Proposta de Preço (fls. 505 a 506);





GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Confirmação de Autenticidade das Certidões (fls. 507 a 513).

Assim sendo, o objeto deste processo administrativo em relação a empresa AUTO ELETRICA XINGU LTDA, perfaz o valor total de R\$ 9.128,69 (Nove mil e cento e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos).

DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Avaliando a documentação apensada, restou comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das empresas licitantes, assim sendo, a comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista é pré-requisito para celebração de contratos com a Administração Pública, incluindo os respectivos termos aditivos oriundos dos contratos.

Ressaltamos, como medida de cautela, quanto à necessidade de manutenção das condições de habilitação acima denotadas quando da formalização dos pactos contratuais decorrentes da contratação ora em análise, bem como durante todo o curso da execução do objeto contratual.

DA CONCLUSÃO

Ante ao exposto, não vislumbro óbice ao prosseguimento do PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 266/2024/ADM, Dispensa de Licitação n° 7/2024-118PMT, devendo dar-se continuidade ao processo para fins de publicidade e formalização de Contrato, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive quanto a obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural dos Jurisdicionados do TCM/PA.

À apreciação da Controladora Geral do Município

Tucumã – Pará, 23 de outubro de 2024.

ADRIELY RIBEIRO DA SILVA SANTOS

Controladora Geral do Município (UCI)

Decreto n ° 007/2021





GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

A Sra. **ADRIELY RIBEIRO DA SILVA SANTOS**, responsável pelo Controle Interno do Município de Tucumã - Pará, nomeada nos termos do **Decreto n° 007/2021**, declara, para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11 da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 266/2024/ADM, referente a Dispensa de Licitação n° 7/2024-118PMT, tendo por objeto a “Contratação de empresa especializada para a realização de manutenção elétrica corretiva nos tratores TT 475 E TT 4030, pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Agricultura”, em que é requisitante a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ - PMT**, com base nas regras insculpidas pela Lei n° 14.133/2021 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;

Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

Tucumã – Pará, 23 de outubro de 2024.

Responsável pelo Controle Interno:

ADRIELY RIBEIRO DA SILVA SANTOS
Controladora Geral do Município (UCI)
Decreto n° 007/2021

